

**COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO QUE  
LEVOU À NACIONALIZAÇÃO DO BPN  
E SOBRE A SUPERVISÃO BANCÁRIA INERENTE**

**29 de Junho de 2009**

**48.ª Reunião**

Ordem de trabalhos:

Apresentação do relatório e discussão

## Índice Remissivo

---

### **A**

A Sr.ª Presidente · 3, 4, 6, 11, 12, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 40, 41

---

### **H**

Hugo Velosa (PSD) · 4, 12, 15, 31, 34

---

### **J**

João Semedo (BE) · 7, 11, 12, 19, 28, 40

---

### **M**

Marques Júnior (PS) · 33

Miguel Macedo (PSD) · 20, 21, 22, 24, 36

---

### **P**

Pedro Mota Soares (CDS-PP) · 5, 17, 27, 34, 35, 37, 38

---

### **R**

Ricardo Rodrigues (PS) · 23, 29

---

### **S**

Sónia Sanfona (PS) · 13, 16, 19, 20, 30, 38

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Maria de Belém Roseira): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 17 horas e 45 minutos.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos dar início a esta reunião, que ficou programada na sequência de uma reunião de coordenadores, para que fossem entregues à Sr.<sup>a</sup> Deputada relatora, pelos vários partidos políticos, os contributos que considerassem importantes para o relatório.

Foi referido pelo Sr. Deputado Ricardo Rodrigues que era um pedido sincero de contributos e, portanto, nesse contexto, o Sr. Deputado Honório Novo transmitiu-me que, por razões inultrapassáveis, que ele me referiu, mas que não faz sentido eu dizê-las aqui, não podia estar presente, mas que entregaria os contributos que entendesse entregar através da assessora, Dr.<sup>a</sup> Ana Serrano, que nos tem acompanhado nesta Comissão.

Estivemos à espera — e foi essa a razão do atraso no início da reunião — que se concluísse uma Conferência de Líderes, que foi convocada pelo Sr. Presidente da Assembleia da República para reprogramar a apresentação do relatório em sessão plenária. Portanto, as pessoas que aqui não puderam estar a horas, foram, efectivamente, as pessoas que tiveram de estar presentes nessa Conferência.

Mas, uma vez que já estamos todos presentes ou representados, vou dar a palavra aos grupos parlamentares para dizerem de sua justiça.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr.ª Presidente, um dos objectivos desta reunião, que já está conseguido, é darmos início aos trabalhos da nossa Comissão.

Nós, Deputados do PSD, também preparámos um documento com sugestões para esta parte dos factos e para um ou outro aspecto da forma, mas, sobretudo, tendo por base questões mais materiais ou de facto. Nós gostaríamos de fazer a entrega das nossas sugestões num documento único, mas aconteceu-nos um problema, e não foi possível integrar todas as nossas sugestões nesse documento.

Portanto, aquilo que quero sugerir é o seguinte: eu próprio ou as nossas assessoras, que têm de acrescentar aqui mais três ou quatro coisas, porque ainda não nos foi possível fazer um documento único — temos tudo em dois ou três documentos —, faríamos a entrega de um documento único com todas as nossas sugestões, documento esse que será entregue ainda hoje à Sr.ª Deputada relatora.

A Sr.ª Presidente: — Srs. Deputados, penso que talvez fosse bom fazermos uma primeira ronda pelos vários partidos.

Antes, no entanto, quero referir-vos uma coisa, que se passou neste período de tempo, antes de começarmos a reunião: recebi uma nota do CDS-PP de que faltava a este relatório um elemento importante, que seria até, digamos, da minha responsabilidade, que, de certa forma, tem a ver com aquilo que devem ser as peças processuais indispensáveis deste relatório, que é o conjunto de audições que foram realizadas, com quem, os documentos que foram solicitados e os que foram entregues, enfim todos esses aspectos que têm a ver com factos.

Quero informar que essa parte do relatório está a ser preparada pelos serviços de apoio à Comissão, já está praticamente ultimada, e, portanto, como é evidente, fará parte do relatório. Só não foi disponibilizada agora, porque são factos objectivos e comprovados, são a realidade factual do que se passou aqui na nossa Comissão, que, digamos, não merecem qualquer apreciação do ponto de vista político.

Como sabem, ao longo do funcionamento da Comissão, foram disponibilizados aos Srs. Deputados os documentos solicitados que vieram, foram sendo informados dos que não vieram, portanto tudo isso constará do relatório que está a ser feito e que está em fase final de preparação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, quero dizer que concordo integralmente consigo, excepto numa coisa: é que, a nível de leitura política, é muito relevante sabermos, por exemplo, que documentos é que foram solicitados e quais é que foram recebidos.

Antes de mais, quero pedir desculpa aos colegas de Comissão pelo atraso, mas, de facto, quer eu, quer o Sr. Deputado Hugo Velosa, estivemos na Conferência de Líderes, onde já ficou, aliás, agendada a nova data de discussão do relatório final em Plenário.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, pela indicação que tenho do que terá sido já relativamente estipulado, ficou agendada para o dia 7 a discussão e votação do relatório final aqui na Comissão, porque ele será votado aqui na Comissão, e que será possível, até dia 6, apresentar não lhe chamaria relatórios alternativos, mas conclusões alternativas ou partes alternativas ao relatório.

Ora, eu penso que é importante assentarmos, de facto, nestas datas, porque, como sabe, Sr.ª Presidente, o CDS apresentará, certamente, várias redacções alternativas ou até um pouco mais do que isso...

É, pois, importante, por isso, termos aqui a definição concreta de prazos, para podermos estar todos cientes das linhas por que nos vamos guiar nos próximos dias. Obviamente que todos nós sabemos que estamos no final da legislatura e que há vários trabalhos a decorrer ao mesmo tempo, mas é muito importante conseguirmos definir cabalmente tudo isto.

De qualquer forma, a discussão no Plenário vai ser feita só no dia 9, portanto, temos o dia 7, e, mesmo que houvesse alguma derrapagem, no próprio dia 8 ainda seria possível reunir a Comissão. Obviamente que não estou a dizer que desejo isso, mas, num caso de contingência, isso seria possível, e até ao dia 9 de manhã, se fosse necessário.

Agora, o que me parece muito importante, Sr.ª Presidente — e, no caso do CDS, nós até já publicamente tecemos algumas considerações críticas face ao relatório que nos foi apresentado —, é termos a definição deste prazo concreto do dia 6 para apresentação de conclusões ou mesmo de partes alternativas do relatório.

Penso que é isso que deve ser consensualizado, mas coloco-lhe a questão.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, nós fizemos uma reunião de coordenadores em que assentámos na entrega de contributos para o relatório durante o dia de hoje e na discussão desses contributos na sexta-feira, numa reunião agendada para as 15 horas, que eu peço que seja

antecipada para depois das votações, ou seja, a partir das 12 horas, porque tenho um impedimento já programado há imenso tempo, que não foi possível alterar, porque os convites já tinham saído. Por isso, tenho de estar em Torres Novas às 18 horas, o que me obriga a sair daqui às 16 horas e 30 minutos da tarde, para não cometer infracções de trânsito. Portanto, peço-vos esse esforço.

De qualquer das maneiras, aquilo que se tinha combinado foi isto: fazer alguma discussão no dia 3, para, depois, no dia 7 de manhã se fazerem as votações. Foi isso que ficou acordado nessa reunião.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, relativamente ao calendário, tinha ideia de que tínhamos aprovado que se poderiam entregar propostas até quinta-feira. Eu trabalhei nessa perspectiva, para esse prazo e, portanto, é isso que farei. Não direi que seja exactamente na quinta-feira, pode ser quarta-feira, mas o meu prazo limite é esse, foi com esse prazo que trabalhei.

De qualquer forma, Sr.ª Presidente, gostaria de dizer o seguinte: quero cumprimentar a Sr.ª Deputada relatora Sónia Sanfona pelo trabalho que teve, e faço isso com sinceridade, como também, com a mesma sinceridade, farei as críticas que achar por bem ao relatório. Mas não quero deixar de dizer que o relatório exprime ou traduz, seguramente, muito trabalho pessoal e também de outros Srs. Deputados e de outras pessoas, no entanto creio que o resultado é insuficiente e também unilateral. Esta é a apreciação que faço.

Julgo que teria sido preferível que, antes de iniciar a elaboração do trabalho de redacção do relatório, tivéssemos tido oportunidade de

discutir no seio da Comissão que tipo de relatório seria desejável. Eu, por exemplo, considero que talvez fosse desejável que se tivesse seguido uma outra estratégia quanto à sistematização do relatório, nomeadamente, por exemplo, seguindo os seis objectos de trabalho desta Comissão, que estão no relatório, mas também se percebe que sobre essa opção, se é que ela foi assumida, há, depois, um conjunto de zigzagues no trabalho prático realizado, que, do meu ponto de vista, tornam o relatório, como disse, insuficiente e unilateral.

Depois, há um outro problema que talvez ainda valha a pena discutir. Ao longo de seis meses de trabalho, apurámos muita informação, muita evidência, muita conclusão, que serão, seguramente, comuns a todos, mas haverá também, certamente, muitas áreas de controvérsia. Creio que, metodologicamente, valeria a pena conversarmos aqui como é que essas controvérsias surgem no relatório.

Há algumas que já estão identificadas pelo relatório, mas o problema não é a sua identificação mas, sim, o seguinte: há controvérsias sobre factos e situações, e, em relação a essas acho que há base informativa suficiente para serem esclarecidas, e, depois, naturalmente, há controvérsias de opinião política, digamos assim. É, pois, importante saber como é que umas e outras aparecem no relatório. Aliás, eu não tenho a ingenuidade de pensar que vamos ter uma aprovação do relatório por unanimidade, acho que é muito difícil que isso aconteça, mas interrogo-me sobre como é que outros pontos de vista em torno dessas principais controvérsias se exprimem no relatório. Creio que esta é uma questão que valeria a pena também discutir.

Uma última nota sobre o que pretendo dizer sobre o relatório nesta fase: não é possível que este relatório exprima toda a riqueza de



informação que obtivemos ao longo das audições e da recolha de muita documentação. Não creio que isso seja possível. Mas não me parece razoável que, por exemplo, não haja uma única referência a um único relatório do Banco de Portugal e a um qualquer aspecto do conteúdo de qualquer desses relatórios. Acho que é uma omissão grave que não é aceitável num relatório deste tipo.

Por exemplo, creio que, quando se faz a história do Grupo SLN/BPN, se pretendeu fazer essa história através da inclusão de uma síntese das actas do conselho de administração da Sociedade Lusa de Negócios, e penso que essa não foi uma boa opção. Por um lado, acho que a síntese devia ter envolvido todas as actas e não apenas algumas — o princípio e o fim —, porque há o meio e o meio, seguramente, também tem interesse.

Admito que teria sido melhor opção, numa visão mais cronológica desta história, que essa parte fosse um anexo ao relatório, porque em relação ao que é verdadeiramente importante relatar há uma omissão também grave, porque uma pessoa que leia o relatório e que não tenha participado nesta Comissão ou não se tenha interessado pelo caso BPN/SLN não percebe exactamente o sistema que estava organizado, que estava instalado, que foi arquitectado, que foi construído e que foi implementado entre administradores, accionistas e até alguns clientes, que levaram a esta sucessão de actos ilícitos, ilegais e até fraudulentos.

Vou dar um exemplo: um dos estratagemas que ficou aqui mais do que evidenciado foi a forma como se processavam financiamentos para administradores, accionistas e clientes, umas vezes ou a maior parte das vezes sem garantia, muitas vezes sem pagamento e tudo o mais que nós sabemos, que não vou aqui historiar. Ora, isso não aparece no relatório, e não pode deixar de aparecer.

Como também não aparece uma coisa politicamente muito relevante, até por outras circunstâncias que são alheias ao trabalho desta Comissão, que é, por exemplo, a forma como se processava a compra e a venda de acções do Grupo SLN/BPN.

Trata-se de uma matéria de grande importância, porque parte da ilicitude, da ilegalidade e das fraudes residiu exactamente no negócio em que se transformou a compra e a venda de acções naquele Grupo.

Bom, usei apenas dois exemplos, para dizer que me parece que, no final da leitura deste relatório, quem não conhecer exactamente o que aqui foi dito e aquilo que ouvimos durante estes seis meses não percebe exactamente o que é que o grupo SLN/BPN tinha de diferente dos outros. Ora, há algumas coisas muito diferentes que se verificaram naquele banco e creio que essas diferenças têm de ficar claras.

Portanto, em primeiro lugar, iremos fazer propostas de correcção, pois pensamos que há aspectos de pormenor e outros de menos pormenor que não estão bem formuladas no relatório.

Em segundo lugar, iremos também fazer propostas de alteração, porque há coisas em que não estamos de acordo com o que está escrito.

Em terceiro lugar, iremos fazer algumas propostas de aditamento, nomeadamente daquelas questões que são politicamente mais relevantes, ou seja as que incidem sobre a nacionalização e sobre a supervisão – aliás, devo dizer que o relatório é simpático, condescendente para o Banco de Portugal e também para a decisão do Governo de nacionalizar o banco.

Portanto, neste momento, a nossa posição é esta. Procuraremos contribuir para que o relatório consiga superar estas diferenças, mas há

algumas questões metodológicas, que, como disse, gostaria ainda de discutir hoje.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Ainda falta intervir a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Sanfona sobre um aspecto que o Sr. Deputado referiu: a organização e o conteúdo do relatório.

Antes, porém, recordo — não lhe posso dizer há quantas sessões, mas, seguramente, há bem mais e um mês — que ou o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues ou a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Sanfona me pediu para dar a todos os Srs. Deputados um índice provável do relatório, pedindo sugestões aos vários grupos parlamentares. Não sei se foram entregues à Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas, pelas minhas mãos, não passou qualquer contributo para alteração desse índice.

Portanto, esse sumário foi pedido em tempo, precisamente para que — interpretei assim a vontade da Sr.<sup>a</sup> Deputada relatora — a organização do relatório, o seu formato, o seu conteúdo, do ponto de vista da sumarização dos seus capítulos, pudesse corresponder a um contributo colectivo. Penso que foi isso, mas não chegou às minhas mãos qualquer desses contributos. Como o Sr. Deputado se referiu a esse aspecto também concretamente, não podia deixar de dar esse esclarecimento.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, deixe-me clarificar o seguinte: recordo-me perfeitamente que isso foi entregue com muita antecedência. Não me referia propriamente a isso, mas, a propósito, relativamente a essa versão e à actual, há algumas diferenças. O que pretendi dizer é que teria sido útil — e, aliás, estas não são palavras

críticas para a Sr.ª Deputada relatora, são palavras críticas para todos nós e autocríticas também — que não nos tivéssemos limitado a olhar para o índice e a sugerir alterações ao índice que nos foi distribuído, penso que devíamos ter feito uma discussão metodológica sobre o que é que queríamos que fosse o relatório.

A Sr.ª Presidente: — Mas, Sr. Deputado, como sabe, também tivemos reuniões de coordenação para esse efeito. Estamos é todos muito sobrecarregados, porque não temos só a comissão de inquérito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr.ª Presidente, na sequência da intervenção do Deputado João Semedo, gostaria de dizer que pretendemos nesta parte das pré-conclusões fazer propostas de correcção, de alteração, de aditamento, porque também não estamos de acordo.

Sobre o índice, não nos vamos pronunciar, porque tivemos oportunidade de o fazer e entendemos que, embora pudesse haver outra estrutura, esta é a que existe, não houve propostas de alteração e, portanto, vamos aceitá-la. Poderemos levantar questões mais em relação ao conteúdo e não à disposição.

Pergunto: o que o Bloco de Esquerda pretende fazer é também apresentar essas propostas por escrito, das quais, depois, teremos conhecimento?

O Sr. João Semedo (BE): — Exactamente, Sr. Deputado.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Antes de dar palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Sanfona, devo dizer que deu entrada na mesa o contributo do Sr. Deputado Honório Novo, que depois remeterei à Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Sanfona (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, agradeço a sua diligência.

Queria esclarecer que o que os Srs. Deputados acabaram de dizer é a razão pela qual foi distribuído um documento, ao qual não podemos chamar relatório, porque ele foi distribuído enquanto documento provisório, de *draft*, com um trabalho feito de apreensão do conteúdo das várias audições e da variada documentação que deu entrada na Comissão.

Esse documento foi distribuído aos Srs. Deputados nestes termos: trata-se de um *draft* e, como não é documento definitivo (não o entendemos assim, daí o termos distribuído para obter contributos), pedimos sobre ele reserva, uma vez que ele não está terminado e, portanto, não é o relatório.

Este documento foi entregue precisamente para que todos os Srs. Deputados da Comissão — compromisso este a que me vinculei no início dos nossos trabalhos quando fui designada relatora — pudessem dar o contributo que entendessem útil e necessário para a composição do relatório.

Foi, pois, por essa razão que foi feito chegar a cada um dos Srs. Deputados coordenadores este *draft* da parte expositiva do relatório, no sentido de encontramos junto de cada um de vós os contributos, as críticas e as correcções que, eventualmente, entendessem ter lugar e serem necessárias ou úteis.

É nesse sentido que, de uma forma muito aberta, pus à consideração dos Srs. Deputados fazerem precisamente esse trabalho.

É evidente que, quanto mais depressa puder ter acesso aos contributos dos vários Srs. Deputados que o queiram fazer, mais fácil é introduzir uma parte, ou a totalidade dos contributos neste *draft* e, então, obter o relatório, pelo menos a parte expositiva.

Portanto, não foi minha intenção apresentar-vos uma proposta ou um projecto de relatório só com a parte expositiva para ser aqui discutida. A intenção é a de que tenham acesso a um documento sobre o qual seja mais fácil trabalhar no sentido de propor algo que considerem útil. Por isso, é esse o sentido da distribuição deste documento.

Gostaria de dizer que, de acordo com as datas agora avançadas e já decididas em Conferência de Líderes, está agendada a discussão do relatório, conclusões e respectiva votação na Comissão, no dia 7, e, depois, em Plenário, no dia 9.

Julgo que seria útil que todos os contributos pudessem chegar com alguma celeridade para que, alterando e introduzindo os que se mostrem úteis neste texto e produzindo as respectivas conclusões, o documento final possa ser feito chegar aos Srs. Deputados, com alguma antecedência relativamente ao dia 7, de modo a que aqui se possa discutir já com a possibilidade de leitura integral do documento e das respectivas conclusões, para poderem sobre ele fazer a respectiva reflexão.

Faço essa solicitação a título mais pessoal no sentido de apelar à compreensão de todos os Srs. Deputados para o facto de se tratar de muita matéria, de o trabalho ser extenso, de ser preciso reorganizar algumas das coisas que estão neste documento inicial e de ser preciso terminar o documento.

Assim, quanto mais rapidamente tiver acesso aos vossos contributos, mais rapidamente será possível fazer este trabalho e dar-vos conhecimento do mesmo para efeitos de discussão e votação no dia 7 em sede de Comissão.

A Sr.ª Presidente: — Penso que os Srs. Deputados vão ter de fazer um *forcing* para entregar os contributos o mais depressa possível.

Temos agendada uma reunião para sexta-feira e nela já devíamos estar a discutir os contributos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr.ª Presidente, penso que o mais importante – e não vale a pena escondê-lo – são as conclusões, por múltiplas razões, para a Deputada relatora e para todos nós.

Daremos os nossos contributos, hoje, e penso que todos os grupos parlamentares já disseram que o fariam de imediato e ainda hoje para a Sr.ª Relatora poder trabalhar num documento final nesta parte.

Mas, se for possível, era bom termos uma ideia de que quando é que poderíamos ter acesso às conclusões. É que, para nós, isso ainda é mais importante e precisamos de algum tempo para as analisar, para as comparar com os factos...

Portanto, se a Deputada Relatora nos pudesse dar uma ideia (até pode não ser altamente vinculativo) de que quando é que podemos ter acesso às conclusões...

A Sr.ª Presidente: — Faça favor, Sr.ª Deputada Sónia Sanfona.

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Sanfona (PS): — Sr. Deputado, o meu compromisso é o de que isso seja possível logo que cheguem os contributos de todos os Srs. Deputados, porque, como compreende, o documento deve ter um seguimento lógico e da parte expositiva depende a extracção das conclusões.

Portanto, se há um conjunto de alterações que os Srs. Deputados acabaram de assumir que vão propor a este documento, como a iniciativa de vos dar essa possibilidade partiu de mim, estou receptiva aos vossos contributos e, portanto, farei o que estiver ao meu alcance para integrar um conjunto de contributos que, julgo, venham adensar e permitir melhorar o relatório e, a seguir, procederei em conformidade, retirando as conclusões.

Se não sei, hoje, quando é que esses contributos me chegam, se o Sr. Deputado Pedro Mota Soares me diz que pensam que eles podem chegar até ao dia 6, nesse caso, é um bocadinho difícil... Mas assumo o compromisso de procurar entregar as conclusões e o relatório, o documento completo, com alguma antecedência, de forma a que os Srs. Deputados tenham possibilidade, em relação ao dia em que o vamos discutir, de poder olhar para ele e analisá-lo.

Com toda a sinceridade, tenho alguma dificuldade em assumir um compromisso do dia ou da hora certa em que o posso fazer, porque isso depende do trabalho de inclusão e de tentar completar o relatório que vou ter de fazer daqui até lá.

Mas, com certeza que o documento há-de chegar com a antecedência suficiente para os Srs. Deputados poderem analisá-lo e discuti-lo no dia 7.



A Sr.ª Presidente: — Srs. Deputados, peço a todos que sejam o mais sintéticos possível para ver se agilizamos a reunião.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, serei ainda mais sintético do que na primeira intervenção.

Em primeiro lugar, gostaria de corrigir um lapso. Eu referi o dia 6, mas estava a pensar no dia 2, quinta-feira ali+as, penso que a Sr.ª Presidente percebeu isso.

Sr.ª Deputada, obviamente não entendi as suas palavras como críticas pessoais e queria, ainda, felicitá-la pelo trabalho que já produziu.

Nós identificámos aqui duas ordens de críticas no relatório. Encontrámos, aqui, alguns erros e penso que alguns serão gramaticais e vou dar-lhe um exemplo: a páginas tantas fala-se de uma *offshore* como a «World Wise» e é World Wide... Bom e aqui estamos a falar de gralhas. Fala-se no AS400 como sendo um *software* e aquilo é uma máquina, é um *hardware*... Bem e estes são erros factuais que serão, certamente, facilmente corrigidos e que não nos levantam muitas dúvidas.

Agora, há outras críticas que o CDS vai apresentar a este relatório que não são erros factuais, são erros, inclusivamente, quanto à condução do que está na parte dispositiva.

Por exemplo, uma das críticas que apontamos a este documento preliminar é, exactamente, o facto de, na parte relativa à supervisão do Banco de Portugal, não estarem incluídas as referências aos relatórios do Banco de Portugal de 2002, de 2005, de 2007, bem como não estar incluída a carta do Banco de Portugal ao Ministério das Finanças relativa à nacionalização do BPN, documentos estes que, na nossa opinião, são

essenciais quanto ao âmbito do escopo desta nossa Comissão de Inquérito, por forma a percebermos o processo que levou à nacionalização.

Por isso mesmo, Sr.<sup>a</sup> Deputada, tudo isso, até quinta-feira, estará nas mãos da Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas para nós há um ponto muito importante, que é o seguinte: percebemos quando é possível termos acesso, ainda que do ponto de vista preliminar, às conclusões. Aí penso que o Sr. Deputado Hugo Velosa tem razão, porque, obviamente, os outros grupos podem até apresentar relatórios alternativos, mas também só passaremos por uma fase de um relatório alternativo quando percebermos até onde é que a Sr.<sup>a</sup> Deputada quer levar as conclusões... Nesse sentido, termos acesso a um conjunto de conclusões preliminares vai-nos permitir que formemos uma posição definitiva.

Assim, há o compromisso, que já tinha sido estabelecido até quinta-feira, de serem entregues todos os contributos dos grupos parlamentares e no caso do CDS, eles serão entregues, mas também era importante termos alguma noção sobre se, por exemplo na sexta-feira, já teremos na mão alguma espécie de conclusões, ainda que preliminares.

Se recebermos as conclusões no dia 6 ou no próprio dia 7, aí, estamos a falar de um mecanismo de trabalho completamente diferente. Penso que isso não se devia voltar para nenhum grupo parlamentar, até a começar pelo grupo parlamentar da maioria.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Fica explicado o acto falhado relativamente ao dia 6, que é a preocupação de ter as conclusões antes do dia 7 para ter tempo de as analisar.

Srs. Deputados, o Sr. Deputado João Semedo ainda não se comprometeu com prazos para entregar os seus contributos. Fez uma exposição abundante, mas tem de se comprometer, Sr. Deputado.

*Risos.*

O Sr. João Semedo (BE): — Não foi assim tão abundante! Eu só disse um décimo do que me apetecia dizer.

Eu trabalhei sobre o relatório durante o fim-de-semana e, obviamente, cumprirei os prazos e vou entregando tudo à medida que estiver feito.

A Sr.ª Presidente: — Como parece que a Sr.ª Deputada Relatora não quer dizer mais nada, vamos acertar no seguinte: todos os contributos dos grupos parlamentares, para o que tem que ver com o relatório, chegarão à Sr.ª Deputada, até ao dia 2 de Julho, quinta-feira.

As conclusões não vão ser entregues, porque os Srs. Deputados só poderão falar em conclusões depois de conhecerem também as da Sr.ª Deputada Relatora. É assim ou não? Portanto, peço muito aos Srs. Deputados que o façam para que na reunião de sexta-feira, dia 3, imediatamente a seguir às votações em Plenário, a Sr.ª Deputada dizer o que acolheu e o que não pode acolher, porque razão, etc. Dirá de sua justiça... Fará a intervenção que entender e os Srs. Deputados também farão a intervenção que entenderem.

Se todos os contributos chegarem...

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Sr.ª Presidente, desculpe interromper...

A Sr.ª Presidente: — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Obrigada por me ter dado a palavra, Sr.ª Presidente.

Queria apenas dizer que nessa altura, na reunião de sexta-feira, mediante a chegada dos contributos de todos e a reavaliação do texto, já será mais fácil para mim indicar aos Srs. Deputados, em que altura posso entregar as conclusões, sendo certo que procurarei fazê-lo no mais curto espaço de tempo. Temos ainda o fim-de-semana, mas se eu as tiver de fazer chegar aos Srs. Deputados, fá-lo-ei sem qualquer tipo de problema.

Isto para dizer que para mim é difícil assumir um compromisso antes da reunião de sexta-feira e antes de saber o que vou ter de fazer até lá para poder ter esta parte completa.

A Sr.ª Presidente: — Muito bem.

Como este é um trabalho de esforço colectivo, peço aos Srs. Deputados para enviarem todos os contributos o mais depressa possível. Quanto mais depressa houver contributos mais depressa também haverá conclusões redigidas.

Portanto, assentávamos nesta metodologia: até quinta-feira, o mais cedo possível...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr.ª Presidente, posso interromper?

A Sr.ª Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sem prejuízo da metodologia que pode ser esta ou outra qualquer, atrevo-me a dizer que, independentemente dos contributos que chegarem até quinta-feira — o que não significa que tenha de ser na quinta-feira —, não vejo qualquer problema em que fosse feito um projecto de conclusões para o apreciarmos também.

Uma coisa são desconformidades materiais, erros formais — isso não tem grande problema, aliás, há alguns reparos que faremos à forma como se expõem alguns factos e se omitem outros resultantes do que se passou, aqui, na Comissão. Iremos fazê-lo por escrito, porque isso facilitará o trabalho da Sr.<sup>a</sup> Relatora, que eu sei que é um trabalho muito difícil.

Porém, isso não impede que se possa ter, até quinta-feira, um projecto de conclusões a incluir no relatório, o qual, de resto, pode merecer também reparos, aditamentos, alterações dos próprios Deputados da Comissão. Evidentemente, a Relatora ponderará como muito bem entender. Mas penso que se não fizermos assim estaremos a abrir dois períodos diferentes de discussão, sendo um para a discussão do relatório, propriamente dito, e outro para as conclusões. Ou, pior do que isso: haverá dois períodos para a apresentação de alterações, ou seja um para a parte mais expositiva do relatório e, por outro, para as conclusões.

Ora, convenhamos, Sr.<sup>a</sup> Presidente...! Sei que as conclusões têm a ver com o relatório, mas, pese embora possam ser a parte menor do relatório, em termos de dimensão, não estou certo que seja a parte que menos discussão dará na Comissão.

Portanto, talvez não fosse pior se atalhássemos caminho e pudéssemos ir ponderando as coisas, ajudando também a Comissão e a

Relatora, escrevendo aquilo em que estivéssemos em desacordo, dando alternativas, ou identificando questões que estejam omissas nas conclusões.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, posso retirar das suas palavras que, por exemplo, o Grupo Parlamentar do PSD entregaria também propostas de conclusão? É só para precisar melhor.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr.ª Presidente, eu estava aqui a falar com o Dr. Hugo Velosa, que tem a coordenação, e julgo que isso será possível. É que neste tipo de trabalho a questão do tempo é muito importante. Vamos fazer um esforço no sentido de entregar à Sr.ª Relatora, na quarta-feira, as nossas propostas de alteração que já tivermos na nossa mão.

Pudemos fazer uma de duas coisas: ou fazemos um projecto de conclusões, mas acho que isso é subverter um pouco a lógica da metodologia para a elaboração do relatório, ou, então — e era isso que eu estava a sugerir —, a Sr.ª Relatora apresenta-nos um projecto de conclusões em função do qual trabalharíamos as propostas, das mais diversas, desde propostas de alteração, de aditamento, de correcção.

De facto, podíamos fazer um projecto de conclusões, mas acho que o trabalho que estamos a fazer, nesta fase, é sempre em referência ao trabalho da Relatora e penso que devia ser assim até ao fim, incluindo as conclusões.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Como a Sr.<sup>a</sup> Presidente sabe, bem como os coordenadores, a disposição do Partido Socialista nessa matéria foi sempre a de, na parte expositiva, encontrar o maior consenso possível relativamente aos factos apurados nesta Comissão.

Foi, pois, nesse sentido que solicitámos que todos os grupos parlamentares e todos os Deputados individualmente considerados, até, que quisessem entregar matéria que pudesse integrar essa parte expositiva, o fizessem, pois não só agradecíamos como faríamos todos os possíveis por integrar esses contributos nessa parte expositiva.

Todavia, também sabemos que alguns já tiraram parte das conclusões, e, portanto, não vale a pena aqui escamotear essa questão, pois vamos ter dificuldades na parte das conclusões... Uns usaram o «tempo de antena» no Plenário, outros em conferências de imprensa, portanto, já sabemos quais são algumas conclusões.

Além disso, não vejo que seja fácil ter o mesmo procedimento no que diz respeito às conclusões e à parte expositiva.

Na parte expositiva, o esforço, tal como disse na reunião de coordenação, era sincero no sentido de ver se fazíamos um texto tão consensual quanto possível, mas, depois, quanto às conclusões, como estas têm um aspecto político, sabemos que existem divergências e não vale a pena dizer que não existem.

Portanto, não vamos conseguir apresentar as nossas conclusões, a menos que todos se comprometam a apresentá-las em simultâneo. Se assim for, se quiserem, apresentamos também as nossas com esforço, sempre depois de termos recebido os contributos de todos os Srs. Deputados para a parte expositiva.

Se for possível antecipar em prazo, todos ficamos a ganhar, mas não estou a ver como será possível tirarmos conclusões sem termos chegado a um consenso relativamente à parte expositiva, e essa só será feita na sexta-feira. Portanto, só deve ser possível entregar as conclusões depois dessa data.

Mais: agradecíamos que entregassem os vossos contributos, na quinta-feira, até ao meio-dia, para ver se ainda trabalhávamos na quinta-feira. É que se não for possível, então não os poderemos integrar na sexta-feira.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente pediu para reunirmos a seguir às votações do meio-dia em Plenário. Então, como é que podemos integrar os vossos contributos se os querem entregar na quinta-feira à noite?... Não os podemos integrar, depois, na sexta-feira! É lógico! Se não nos entregam os contributos até quinta-feira ao meio-dia, para podermos trabalhar durante toda a tarde, a noite e parte da manhã para integrar os vossos contributos, e na sexta-feira estar aqui ao meio-dia para discutirmos todos, obviamente, não vai ser possível integrá-los.

Portanto, já ficam a sabê-lo e era este o esforço que vos solicitava.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Pois, estamos na fase do esforço colectivo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, peço desculpa de voltar a este ponto, mas penso que esta questão é importante e quero começar por dizer que não concordo nada com a intervenção do Sr. Deputado Ricardo Rodrigues e vou tentar explicar porquê.



No grupo parlamentar do PSD já fizemos um trabalho que, não estando finalizado, já tem anotadas as imparidades, digamos, do projecto de relatório da Sr.ª Relatora. Já são quatro páginas... Umas coisas são formais, outras são mais substanciais e mais importantes, mas já temos aqui umas páginas identificadas, uns parágrafos, etc. Mas aquilo que aqui está ainda não é tudo, porque este foi só o trabalho de auditoria.

Agora, quero dizer à Sr.ª Presidente que não percebo esta metodologia. Vamos lá ver: o relatório é composto pela parte expositiva e pelas conclusões. Ora, o que o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues está aqui a sugerir é que nos pronunciemos sobre a parte expositiva e depois cada um dos Deputados que aqui está apresentará conclusões à margem das conclusões que a Relatora pode e deve tirar por força do trabalho que aqui fez. Portanto, temos aqui um relatório feito a dois tempos, com duas metodologias e com dois tipos de... Quer dizer, é que a páginas tantas...

Nós não queremos que as nossas conclusões sejam a nossa declaração de voto. Saberemos fazer aqui a distinção entre as conclusões da Comissão e a nossa eventual declaração de voto.

Penso que não faz muito sentido que o relatório não tenha a parte conclusiva e que, em relação à parte conclusiva, se faça o mesmo esforço — e estou certo que a Sr.ª Deputada Relatora o fará — de suprir lacunas, omissões, corrigir factualmente algo que já está identificado, mas que não está bem no projecto de relatório e que é normal que assim aconteça.

Depois, se queremos pintar mais de cor-de-rosa ou mais de amarelo, de laranja, de azul... isso é outra coisa! Mas penso que essa parte deve ficar para as declarações de voto.

Agora, fazemos aqui uma competição — penso que isto é que é terrível — de 5, 6 ou 7 projectos de conclusões de relatório é que me

parece, com toda a franqueza, um pouco complicado. Peço desculpa por dizer isto, mas considero que este é que é um trabalho inacabado por parte de quem assumiu a responsabilidade de fazer o relatório.

O que faz sentido, na minha opinião, é termos um texto de referência, relativamente ao qual fazemos propostas, algumas das quais são aceites e outras não, com toda a legitimidade. No fim, cada um de nós fará a apreciação sobre a parte expositiva e sobre a parte conclusiva, manifestando a concordância com aquilo que concordamos e a discordância em relação àquilo de que discordamos.

Agora, aparecerem na próxima reunião seis conclusões completamente diferentes não me parece uma boa forma de concluirmos os trabalhos desta Comissão. Mas, enfim, esta é a minha opinião e, por isso, se for esse o entendimento maioritário da Comissão faremos as conclusões. Porém, com toda a franqueza do mundo, não me parece muito curial.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado, quero apenas dizer que quem fez a pergunta para esclarecer a sua primeira intervenção fui eu.

Penso que a Sr.<sup>a</sup> Deputada relatora na resposta que deu não falou em que cada um dos grupos entregasse conclusões. Eu é que perguntei se da sua primeira intervenção se retirava essa conclusão e o Sr. Deputado esclareceu que não. Está esclarecido! Peço-vos desculpa mas não vamos, agora, perder minutos e minutos infindáveis para dizer, outra vez, aquilo que já dissemos. Peço-vos que façam intervenções muito sucintas e claras, porque percebemos as coisas explicadas uma vez.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, de forma muito breve, até porque foi feita aqui uma espécie de desafio por parte do Sr. Deputado coordenador do PS no sentido de que cada um apresente as suas conclusões ao mesmo tempo — não foi a Sr.ª Presidente, foi mesmo o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

Só quero dizer uma coisa, Sr.ª Presidente, se me permite, que é o seguinte: percebo esta lógica do Sr. Deputado Ricardo Rodrigues, no sentido de dizer que vamos tentar elaborar a parte expositiva da forma mais consensual possível e, depois, cada um retira as suas conclusões.

Mas para que isto aconteça, Sr.ª Presidente, é preciso que na parte expositiva esteja tudo, ou seja, todas as matérias que foram o mais factualmente possível passadas por esta Comissão, nomeadamente — e já nem estou a criticar alguns erros factuais que nele constam — a supervisão e o processo de nacionalização. De facto, tem de ser incluído tudo aquilo de que esta Comissão andou a falar durante muito tempo.

Então, aí, sim, é possível que cada um, depois, tire as suas conclusões; o que não é, certamente, possível é que sejam retiradas conclusões, por exemplo, quanto à parte da supervisão, quando vários relatórios do Banco de Portugal não estão, sequer, incluídos, quando se fala mais tempo de um conjunto de outras matérias, quase acessórias, do que da parte da supervisão e do processo de nacionalização que estavam, e relembro, na parte expositiva do que foi o objecto desta Comissão de Inquérito. Portanto, neste momento, é preciso que na parte expositiva constem todas as matérias que estão em cima da mesa.

Segunda questão, Sr.ª Presidente, quanto aos prazos, quero também lembrar, de forma muito breve, que o Partido Socialista se tinha comprometido com uma data mas não conseguiu corresponder a

essa data, houve algum atraso – aliás, nós também estivemos a trabalhar durante o fim-de-semana neste relatório, mas também importa lembrar, e isto é verdade e factual, que, por exemplo, há um conjunto de documentos que só é possível consultar na Assembleia, em horário de expediente, pelo que no fim-de-semana não foi possível consultá-los.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Presidente, se quiserem consensualizar que cada um apresenta as suas conclusões, podemos fazer isso, mas penso que isso até seria, com toda a amizade que tenho pela Sr.<sup>a</sup> Deputada relatora, uma diminuição da Sr.<sup>a</sup> Deputada relatora no que se refere ao seu trabalho.

Relembro também que, do ponto de vista legal, era possível ter-se optado por escolher um grupo de trabalho de relatores — isto é possível, nos termos legais — mas não foi esta a opção, sendo que a opção consciente do Partido Socialista foi no sentido de atribuir a elaboração deste relatório a um Deputado, no caso a uma Sr.<sup>a</sup> Deputada relatora.

Portanto, se quiserem ir por esse caminho, podemos ir por esse caminho, agora, obviamente, isso não pode ser lido de outra forma que não a de que se trata de uma diminuição da Sr.<sup>a</sup> Deputada relatora e parece-me que isso não será muito desejável, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo, a quem peço que seja o mais breve possível.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, no limite, o relatório expositivo determinará o conteúdo das conclusões, mas é apenas no limite, porque, em termos práticos, do nosso trabalho, percebo que possa haver dois tempos de trabalho, o relatório expositivo e o relatório de conclusões. Aquilo que não compreendo é por que é que se pede aos

grupos parlamentares que intervenham activa e propositivamente no relatório expositivo e o grupo parlamentar que ficou com a responsabilidade de elaborar as conclusões não as apresenta. Não compreendo isto! E não compreendo até porque creio que qualquer grupo parlamentar, se quiser, amanhã, apresenta uma proposta de conclusões. Isto não é difícil, agora, se se está a relacionar uma coisa com a outra, então, o que é válido para o Partido Socialista terá de ser inteiramente válido para os demais grupos parlamentares.

No entanto, chamo a atenção de que a própria forma como o documento foi elaborado torna difícil que, mesmo sobre a parte expositiva, possa haver um consenso generalizado.

É que, como já disse há pouco, e repito, só a título de exemplo, o que está escrito relativamente ao Banco de Portugal só permite uma conclusão. Ora, a exposição é curta, do meu ponto de vista, e a conclusão será errada. Não consigo sair disto, por mais vontade que tenha de trabalhar, e até sou um rapaz trabalhador.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Srs. Deputados, reparem que houve aqui um pedido da Sr.<sup>a</sup> Deputada relatora e do Deputado Ricardo Rodrigues no sentido de os grupos parlamentares apresentarem os contributos para a parte expositiva até quinta-feira, às 12 horas. Pergunto: é possível ou não cumprirmos esse prazo?

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, na sexta-feira vamos apresentar o nosso. Se os Srs. Deputados tiverem apresentado contributos, muito obrigado, se não tiverem apresentado, muito obrigado na mesma.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Sanfona.

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Sanfona (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados, a metodologia é muito simples de entender.

Nada obrigava a Deputada relatora, no caso, eu própria, a entregar um documento inicial, que não é um relatório, e solicitar aos Srs. Deputados que dessem contributos. Não tenho esta obrigação! Eu podia, pura e simplesmente, chegar à Comissão, apresentar um relatório e as conclusões e ponto final. Parece-me que isto é aceite por todos os Srs. Deputados! Ou seja, eu entendi que devia trazer um documento, que é um *draft*, como disse, mas que os Srs. Deputados aproveitaram para transformar num relatório — e era claro, quando foi enviado, que se tratava de um *draft* —, que pretendia recolher contributos de todos os Srs. Deputados.

Portanto, foi neste sentido, única e exclusivamente, que foi feito um trabalho a dois tempos, porque, de outro modo, aquilo que teria feito era apresentar um relatório e conclusões, porque me sinto legitimada para o fazer, tenho a informação necessária para o fazer, e podia, pura e simplesmente, tê-lo feito.

Agora, entendi que não deveria fazer assim, mas, provavelmente, fiz mal, porque, se calhar, se tivesse feito de outro modo, estava tudo resolvido, havia um relatório e conclusões, os Srs. Deputados fariam as críticas que entendessem, os relatórios alternativos que pretendessem e as declarações de voto que já têm preparadas há muitos meses... Mas isto foi uma coisa que eu própria entendi não dever fazer e, portanto,

assumindo isto como está, também não disse que não ia apresentar as conclusões.

Srs. Deputados, aquilo que disse aqui, e peço que façam um pequeno esforço de memória, porque foi há uns minutos atrás, foi apenas o seguinte: se os Srs. Deputados quiserem enviar os vossos contributos, terei todo o gosto em recebê-los e em integrar todos aqueles que entenda que são úteis e que são uma mais-valia para o relatório. A seguir, completarei o relatório com as respectivas conclusões e fá-lo-ei chegar a VV. Ex.<sup>as</sup> com o tempo que julgo ser o possível para mim e o suficiente para VV. Ex.<sup>as</sup> poderem analisar, criticar, contrapor, propor alternativas, etc., antes da discussão de terça-feira. Não sei o que posso dizer mais! Parece-me que nada ficou fechado relativamente às conclusões; agora, os Srs. Deputados têm é de fazer um esforço para, no tempo que for possível, tal como estou a fazer, me fazerem chegar os vossos contributos que ainda não me fizeram chegar.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, normalmente, não sou eu que contribuo para que os trabalhos se eternizem, não tenho estilo nem feitio para isso.

A questão é esta, Sr.<sup>a</sup> Presidente: não tenho qualquer dúvida em dizer que participei em várias reuniões de coordenação e quero afirmar aqui, publicamente, que com satisfação verifiquei que podíamos dar esses contributos na parte expositiva e não nas conclusões.

Todavia, nunca me passou pela cabeça, e a Sr.<sup>a</sup> Presidente, certamente, sem intenção, perguntou ao Deputado Miguel Macedo se o que ele tinha dito era que havia disponibilidade para também apresentar um projecto de conclusões, e tudo bem, mas o problema não foi a Sr.<sup>a</sup> Presidente, antes, pelo contrário, aliás, o Deputado Miguel Macedo logo lhe respondeu...

Mas, o problema foi que o Deputado Ricardo Rodrigues, na sua intervenção, pôs claramente a hipótese de os outros grupos parlamentares apresentarem conclusões, o que me parece, e peço desculpa, Sr. Deputado Ricardo Rodrigues, estar completamente fora de questão, porque essa nunca foi sequer a intenção das pessoas que participaram nas reuniões de coordenação.

Aquilo que temos de fazer, e isto é fundamental, aliás, por isso é que as conclusões são sempre separadas, é saber quais as conclusões que vêm da Sr.<sup>a</sup> Deputada relatora, independentemente do partido a que pertence, e, depois de sabermos o que vem nas conclusões, nós cá estaremos para nos pronunciarmos sobre elas. Aliás, quero também registar que o Deputado Ricardo Rodrigues já deu a entender que, parece, as conclusões vão merecer, pelo menos aqui, uma grande polémica, uma grande discussão, o que é um bom princípio, porque, pelo menos, já ficamos a saber isso.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior, a quem peço também a maior brevidade, porque tenho de dar por finda a reunião.



O Sr. Marques Júnior (PS): — Sr.ª Presidente, serei muito breve para dizer o seguinte: não estive em nenhuma reunião de coordenação mas, enquanto elemento desta Comissão, creio ter entendido o essencial.

E a este respeito quero dizer que estou completamente de acordo com a Sr.ª Deputada relatora e com as dúvidas que os outros Srs. Deputados dos outros grupos parlamentares suscitaram.

Se, efectivamente, no relatório expositivo não estão aspectos como alguns que foram referenciados pelo CDS, considero absolutamente importante que eles estejam referenciados. As conclusões e os juízos de valor que, depois, cada um de nós vai fazer sobre aquilo que está exposto no relatório, nessa parte das conclusões, provavelmente, poderá haver divergências entre uns e outros, mas aquilo que, efectivamente, deve estar no relatório deve ser...

É evidente que o relatório não pode omitir questões que são relevantes e que, digamos, já foram aqui referenciadas e os Srs. Deputados dos vários grupos parlamentares se propõem sugerir à Sr.ª Deputada relatora que acrescente. Aliás, por isso é que a Sr.ª Deputada fez um *draft* e não um relatório, nos moldes que acabou de referir.

Portanto, como não fiz parte de nenhum grupo de reflexão sobre esta questão, não tenho qualquer dificuldade, enquanto membro desta Comissão, em ver aquilo que me parece evidente: os Srs. Deputados dos vários grupos parlamentares e a Sr.ª Deputada relatora estão de acordo em que se sugiram e acrescentem, na parte expositiva, elementos que, para alguns Srs. Deputados, são relevantes, até por aquilo em que se relacionam com as próprias conclusões e a Sr.ª Deputada relatora está de acordo com isso.

Quanto às conclusões, teremos de ver, depois, quais serão, na sequência da parte expositiva que, entretanto, for conseguida, depois de todos os contributos. Creio que não há volta a dar a isto.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Srs. Deputados, se não se importam, e foi nesta metodologia que assentámos em reunião de coordenação, os Srs. Deputados dos vários grupos parlamentares entregarão os contributos à Sr.<sup>a</sup> Deputada relatora até quinta-feira, às 12 horas. Foi isto que foi acordado, sendo que entregam o máximo que puderem e entenderem.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada, depois, fará o seu trabalho sobre esses contributos e, na sexta-feira, para a reunião que peço que comece às 12 horas, teremos os contributos que a Sr.<sup>a</sup> Deputada considerou dever integrar.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — A entrega até às 12 horas só foi decidido agora?!...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Às 12 horas só foi decidido agora, porque tínhamos falado em quinta-feira, mas decidimos agora deste modo, o que, penso, é justo e razoável. Aliás, alguns Srs. Deputados tinham dito que até seria possível entregar hoje mas, depois, não foi possível.

Compreendo isso tudo, porém não podemos pedir o impossível a uns e a outros só o possível.

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, dá-me a palavra?

A Sr.ª Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado, mas peço-lhe que seja muito breve.

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, muito brevemente, quero relembrar só uma questão.

O Sr. Deputado Ricardo Rodrigues é que fez a sugestão de os contributos serem entregues na quinta-feira, até às 12 horas, contra o compromisso do Grupo Parlamentar do PS de entregar até sexta-feira, às 12 horas, as conclusões. Foi isso o que o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues disse, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Desculpe, mas não foi, Sr. Deputado! Não disse sexta-feira até às 12 horas. Então, sexta-feira às 15 horas temos nós reunião marcada!

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, só estou a relembrar a intervenção do Sr. Deputado Ricardo Rodrigues!

A Sr.ª Presidente: — O Sr. Deputado Pedro Mota Soares não esteve na reunião de coordenação, onde combinámos fazer hoje uma reunião para analisar o *draft* e os partidos dizerem de sua justiça, sendo que, na altura, já falámos que vários grupos parlamentares entregariam os seus contributos. Aliás, o Sr. Deputado Honório Novo, que sabia que não podia estar hoje presente, comprometeu-se a entregar já hoje contributos, o que fez formalmente.

Não registei mais nenhum contributo de nenhum grupo parlamentar. O Sr. Deputado Honório Novo entregou-mos, e estão aqui, como ficou acordado nessa reunião.

Acordámos também nessa reunião de coordenadores fazer uma reunião na sexta-feira, às 15 horas, para discutir já o relatório, a parte expositiva, naquilo que houvesse para poder ser discutido.

Como a Sr.ª Deputada Sónia Sanfona referiu, para poder ter um documento já mais preparado na reunião de sexta-feira estávamos a pedir que os contributos dos grupos parlamentares fossem entregues até às 15 horas, pois todos os Srs. Deputados fizeram intervenções a dizer que são necessárias correcções factuais, correcções de gralhas, correcções relativamente àquilo que foi apurado.

O que pergunto aos Srs. Deputados é se é possível entregarem esses contributos até quinta-feira, às 12 horas, para a reunião de sexta-feira poder já contar com os mesmos. Isto não é uma coisa absolutamente inultrapassável! Imagino que se chegar uma página às 15 horas de quinta-feira será possível ser ainda vista e analisada pela Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Deputada diz que entregará as conclusões depois. Está no seu pleno direito, uma vez que, como relatora, diz o que entrega e quando, até porque podíamos marcar apenas uma ou duas reuniões para a discussão das conclusões, já com o relatório completo.

Assim, pergunto o seguinte: os Srs. Deputados podem entregar os contributos até às 12 horas de quinta-feira?

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr.ª Presidente, para facilitar as coisas — sendo que isto não é tudo, são as coisas já detectadas —,

quando acabar a reunião enviaremos para o *e-mail* da Sr.<sup>a</sup> Deputada estas propostas.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Mota Soares.

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, de facto, não estive presente na reunião de coordenação, mas sei que nela foi combinado entregar as propostas até quinta-feira à noite. Foi isto o combinado nessa reunião de coordenação.

Só gostava de relembrar, Sr.<sup>a</sup> Presidente, que o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues, na intervenção um bocadinho acalorada que fez, como é seu timbre, disse uma coisa muito simples: então, entreguem as vossas conclusões até quinta-feira às 12 horas (porque estávamos a discutir o problema das conclusões) que nós apresentamos as conclusões até sexta-feira às 12 horas. Foi neste sentido a intervenção do Sr. Deputado Ricardo Rodrigues. Não estive na reunião de quinta-feira, mas estive aqui hoje, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

E isto não nos resolve, Sr.<sup>a</sup> Presidente, o problema de sabermos quando é que os grupos parlamentares podem ter acesso às conclusões para sobre elas estudarem e formularem alternativas e tudo mais. Não tenho problema nenhum em antecipar de quinta-feira à noite para quinta-feira às 12 horas, desde que tenha também uma noção de quando é que as conclusões do relatório vão chegar aos grupos parlamentares, para também podermos trabalhar sobre elas, e acho que esse é um ponto muito relevante, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Não vou corrigir factualmente aquilo que foi aqui dito porque cada Deputado corrigirá aquilo que disse — não me cabe a mim fazê-lo —, mas acho que é fácil corrigir as distorções das coisas.

Aquilo que ficou combinado na reunião de coordenação foi que os Srs. Deputados entregariam o mais rapidamente possível os contributos. E, por isso, o Sr. Deputado Honório Novo, não podendo estar hoje presente, mandou os seus contributos – alias, isso é a prova provada de que foi o combinado.

Deu-se, agora, um prazo para, em relação às matérias que forem identificadas como devendo ainda ser incorporadas, os Srs. Deputados fazerem o esforço de entregarem os seus contributos até às 12 horas de quinta-feira. Se não puderem, não podem! Não entregam, Sr. Deputado! Não é obrigatório!

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Desculpe, Sr.ª Presidente, mas não foi o Grupo Parlamentar do CDS que se comprometeu com um prazo, terça-feira, e apresentou o relatório passadas quase 48 horas!

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Mas quais 48 horas?!

Sr.ª Presidente, peço a palavra.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Sr.ª Presidente, há coisas que necessariamente devem ser corrigidas.

Ó Sr. Deputado Pedro Mota Soares, lamento imenso dizer-lhe que, de facto, houve um compromisso para entregar este *draft*, e não relatório

absolutamente nenhum — o senhor continua a confundir propositadamente as duas coisas e na sua intervenção induz em erro pessoas que estão a ouvir-nos e que não sabem o que é que se passou.

Estamos a falar de um *draft* e não do relatório... Na terça-feira, tendo eu própria assumido a responsabilidade junto de cada um dos Srs. Deputados por não me ter sido possível, por razões que me escuso aqui dizer, completar o *draft* até essa altura, enviei-o no dia imediatamente a seguir.

O Sr. Deputado está a dizer que o relatório lhe chegou 48 horas depois... Lamento imenso informá-lo, mas deve ter ficado perdido nalgum *e-mail*, porque do meu saiu, de certeza absoluta, porque eu o vi sair.

Portanto, quero corrigir este aspecto e dizer que devemos ser muito objectivos relativamente às coisas que dizemos, para nem incorreremos aqui em erros nem induzirmos outros em erros.

Não é verdade que tenha sido falhado um compromisso... Aliás, esse compromisso foi falhado mas não nos termos em que o Sr. Deputado está a dizer e não me parece que daí tenha resultado... Porque o envio deste documento, como digo e repito, foi o exercício de uma faculdade minha, pois entendi enviar este *draft* aos Srs. Deputados. Como lhe digo, podia não o ter feito.

Portanto, lamento não ter podido cumprir rigorosamente a data que assumi, mas não o fiz por razões que só a mim própria importa. Por isso, quero pedir-lhe desculpa por esse facto, mas enviei o *draft* como me tinha comprometido. E os Srs. Deputados, se não tiveram tempo, desde então até agora, para fazer esses contributos com certeza que o terão até quinta-feira, se entenderem fazê-lo. Srs. Deputados, se entenderem, fazê-lo!... Se não entenderem fazê-lo, lamento, mas nada posso fazer!...

A Sr.ª Presidente: — Srs. Deputados, as reuniões de coordenação têm funcionado impecavelmente. Se vamos transformar uma discussão de metodologia numa reunião infundável, não estou disponível para isso — digo-vos desde já claramente!

Não considero que a metodologia, independentemente da leitura que cada um queira fazer, deve retirar o esforço que, neste momento, deve ser posto no sentido de construirmos um relatório que seja factualmente fiel, porque quem o ler tem o direito a isso e foi para isso que trabalhámos, independentemente das avaliações políticas e das diferenças de peso político que cada Deputado entender atribuir a este ou àquele aspecto do relatório. Portanto, Sr. Deputado, peço-vos esse esforço.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, o único compromisso assumido na última reunião de coordenadores foi o de que as propostas iriam ser entregues à medida que os grupos parlamentares as redigissem, tendo como limite quinta-feira. Foi o único compromisso! Não houve nenhum compromisso, não assumi nenhum compromisso, de entregar as propostas hoje. Portanto, o único compromisso foi entregá-las até quinta-feira.

Se agora se pede que sejam entregues até ao meio-dia, muito bem, cumpriremos esse prazo.

Em segundo lugar, acho que não é muito natural que se peça esse esforço aos grupos parlamentares e o PS se arrogue o direito de não definir para si próprio o esforço e a meta de apresentação das conclusões.



Em terceiro, e último, lugar, para ser muito claro, já se percebeu que o PS o que quer é divulgar as conclusões à última da hora. O Sr. Deputado Ricardo Rodrigues acabou de o dizer, há meia hora. Tudo bem, cada um assumirá as suas responsabilidades!

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — O Sr. Deputado João Semedo esteve na reunião de coordenação, da qual tenho notas, e aí ficou combinado que todos entregariam os seus contributos, se possível, ainda hoje e o mais depressa possível.

Vou dar por finda esta reunião. Srs. Deputados, se todos tivéssemos discutido menos uma hora tínhamos tido mais uma hora para trabalhar no relatório.

A próxima reunião terá lugar sexta-feira, após as votações regimentais do Plenário.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

*Eram 19 horas.*